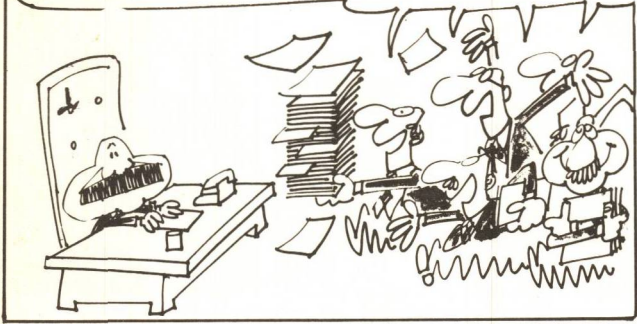


Na luta da **PT** Constituinte

Órgão informativo do Partido dos Trabalhadores

Brasília, fevereiro de 1988 - Nº 6

SARNEY, SARNEY!! CONSEGUIMOS AS 280 ASSINATURAS PARA OS 5 ANOS!!!



OBRIGADO, SENHORES!!



OBRIGADO NADA, PÔ! SÃO US\$100.000

DUAS CONCESSÕES PRA EMISSORAS DE RÁDIO

UMA MERCEDES ZERINHO, UM MINISTÉRIO, UMA VIAGEM

...UMA ESTAÇÃO DE TV...



ASSIM NÃO DÁ

Governo apodrece e Centrão tenta impor retrocesso na Constituinte

Começou no dia 27 de janeiro a fase realmente decisiva da Constituinte, com a votação do projeto constitucional em plenário e com o regimento interno modificado pelo "centrão". As mudanças nas regras do jogo permitiram alterações de capítulos inteiros no projeto da Comissão de Sistematização, colocando em risco maior, todos os avanços obtidos até agora e inutilizando boa parte do trabalho realizado desde o início da Constituinte. Para esta fase decisiva, a bancada do PT apresentou 64 novas emendas além de defender as propostas progressistas do projeto da Sistematização.

Pelo novo regimento, emendas assinadas por 280 constituintes têm preferência para votação em detrimento do projeto da Sistematização, que representa o resultado de todo o trabalho desenvolvido ao longo de 1987 com a participação de todos os constituintes. Contrariando toda a lógica e a experiência parlamentar, emendas que modificam amplas partes do texto terão preferência automática com base em assinaturas, e não em votos.

Desta forma, o "Centrão" pretende derrubar as conquistas populares e avanços democráticos existentes no projeto da Sistematização. Derrubam-

do em bloco os avanços de interesse do povo, os membros do "centrão" pretendem esconder da opinião pública suas verdadeiras posições políticas. A mudança regimental foi o expediente encontrado pelo centrão para evitar que seus membros digam não a cada um dos direitos dos trabalhadores, diluindo assim a responsabilidade deles sobre o retrocesso que querem impor à futura Constituição.

Com as alterações das regras no meio do jogo, ficaram ainda mais ameaçadas a proibição da demissão imotivada, a hora extra em dobro, a ampliação da licença gestante, a prescrição das causas trabalhistas apenas dois anos após a rescisão do contrato de trabalho, as eleições diretas para presidente em 1988, a iniciativa popular no Legislativo e outras conquistas. Emendas do Centrão propõem privatizar ao máximo os serviços públicos, como a saúde, educação e previdência. Querem o fim do monopólio do Estado sobre os recursos do subsolo e das telecomunicações. Pela emenda do centrão, qualquer empresa estabelecida no País é nacional e o direito de propriedade é nivelado ao direito à vida.

O presidente José Sarney deu sua "mãozinha" ao centrão, comprando com recursos públicos e concessões

de emissoras de rádio a adesão de parlamentares ao mandato de cinco anos. Aviões a serviço do governo foram usados para buscar assinaturas de parlamentares para emendas do centrão. O presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, também deu sua mãozinha, ao dilatar o prazo de entrega das emendas, o que permitiu ao centrão completar as 280 assinaturas necessárias à preferência para a emenda em favor do mandato de 5 anos para Sarney.

Portanto, a situação não nos permite qualquer ilusão. O centrão está em maioria. Entretanto, não estamos derrotados e, mesmo em minoria, não assistiremos passivamente o rolo compressor da direita. Lutaremos em cada artigo, em cada parágrafo, por uma Constituição democrática. Para isso, a tática do PT para a votação o plenário se baseia em dois pontos principais: defender a manutenção dos avanços obtidos na Sistematização e lutar pela aprovação de novas emendas do interesse da classe trabalhadora. Como cada constituinte pode apresentar até quatro emendas, o PT com seus 16 deputados, apresentou um total de 64, e vai batalhar por todas elas, na tentativa de melhorar o texto constitucional e forçar o posicionamento individual dos constituintes sobre as principais questões.

(veja no encarte matéria sobre as emendas do PT).

Precisamos enfrentar no plenário a arrogância do centrão. Se eles têm maioria do plenário, nós temos a maioria do povo ao nosso lado. As teses do centrão são antipopulares, e não foi em defesa delas que os membros do centrão conseguiram se eleger. Daí porque essa é uma maioria frágil. Se os trabalhadores, suas entidades representativas e o povo se manifestar, exigir o respeito a seus direitos, os constituintes do centrão vão perceber que será muito alto o preço político a pagar pelo voto ao lado do poder econômico e do governo Sarney. Prova disso é o grande número de parlamentares que assinaram preferência para o mandato de cinco anos para Sarney mas estão indecisos quanto à votação do plenário. O voto deles dependerá também da força da pressão quanto à votação do plenário. O voto deles dependerá também da força da pressão popular.

Temos, todos, que nos mobilizar e lutar. Um trabalho importante está sendo feito pela Frente Nacional de Entidades Populares, formada para coordenar a luta pela inclusão dos direitos populares na Constituinte. Integre-se, junto à entidade que você participa, nessa luta, companheiro!



LULA PRESIDENTE

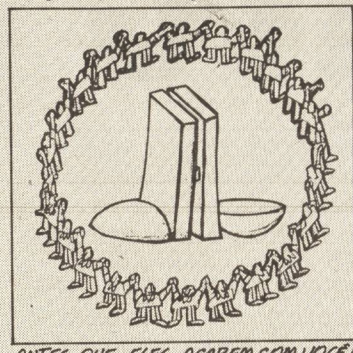
DIRETAS 88
Pelo Brasil que a gente quer

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR-47-331/86

Pinga-Fogo

ACORDA BRASIL



ANTES QUE ELAS ACABEM COM VOCE!

Frete Nacional de Entidades Sindicais, Democráticas e Populares em Defesa dos Interesses do Povo na Constituinte promove no dia 4 de fevereiro a manifestação "Acorda Brasil" — antes que eles acabem com você". Caravanas organizadas por entidades de todo o país vão cercar o Congresso Nacional, de mãos dadas, simbolizando o chamamento à unidade popular na luta por uma Constituição Democrática. O "Acorda Brasil" mostrará a disposição de não aceitar uma Constituição que não consagre os direitos sociais, e será ponto de partida para novas manifestações a nível nacional. A Frente convida a todas as entidades para enviarem suas delegações a Brasília. Contatos: Federação Nacional dos Jornalistas, telefones (061) 225.2273 e 223.7002.

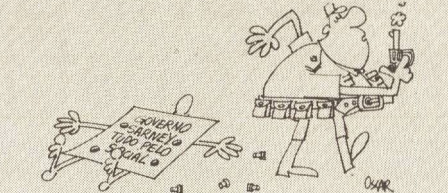
FAZER POLÍTICA - Lula afirma que na Constituinte o PT deve associar à mobilização, o debate com todas as forças políticas para tentar convencê-las a aprovar propostas de interesse dos trabalhadores, até para deixar claro as posições e os pontos de intransigência de cada partido. Assim, adiantou Lula, "o PT esgota as possibilidades de negociação sem evidentemente abrir mão de suas propostas e de seus princípios".

PROFESSOR NA CUT - O deputado Gumerindo Milhomem (SP) participou ativamente do Congresso da Confederação de Professores do Brasil — CPB —, realizado em Brasília, com mais de três mil delegados. Depois de intensas discussões sobre política educacional, nacional e sindical, a CPB — que reúne as entidades de âmbito estadual de todo o País — optou pela filiação à CUT, proposta defendida por Gumerindo. Ex-presidente da APEOESP, o deputado petista disse que "a filiação à CUT culminou um processo de filiação de várias entidades. Esta vitória é irrefutável, pois se deu por voto direto, e representa um

passo importante do magistério na sua crescente organização e combatividade".

PREVENÇÃO - O deputado Eduardo Jorge negociou com os demais partidos, em nome do PT, urgência para votação do projeto que toma obrigatório testes contra AIDS e outras doenças infecciosas no sangue para transfusões, sujeitando os bancos de sangue a penas no caso de não cumprirem os critérios preventivos. Eduardo está encaminhando ao Poder Executivo reivindicação do GAPA - Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS - no sentido de dispensar o período de carência de 12 meses para recebimento da aposentadoria por invalidez, recebimento de auxílio-doença, FGTS e PIS-PASEP para os afetados. O PT defende a estatização dos bancos de sangue.

CORRUPÇÃO - O deputado Paulo Delgado (MG) sintetizou o motivo da saída do ministro Anibal Teixeira da Secretaria de Planejamento: "Anibal perdeu o cargo não por ter feito corrupção, mas porque sua corrupção estava competindo em Minas com a corrupção oficial do governador Newton Cardoso". A deputada Irma Passoni, representante do PT na Câmara dos Deputados, requereu ao Governo todas as informações sobre as denúncias de corrupção na SEPLAN.



MASSACRE - O presidente nacional do PT, deputado Olivio Dutra, e o deputado Gumerindo Milhomem (SP) representaram o partido na Comissão parlamentar que esteve em Serra Pelada e Marabá, onde verificaram as condições do massacre de garimpeiros pela polícia do Pará na ponte sobre o Rio Tocantins. Olivio revelou que a população local continua atormentada e ninguém admite ter visto cadáveres dos 93 desaparecidos. O presidente do PT disse que o povo da região teme represálias da polícia, desde que um homem foi assassinado depois de falar à televisão sobre o que viu. "A responsabilidade pelo crime é tanto do governo federal quanto do governo estadual", disse o companheiro Olivio, que acrescentou: "o massacre dos trabalhadores de Serra Pelada é reflexo da violência institucionalizada e estimulada pelo governo na região". O PT está apoiando instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos bloqueada até agora pelo líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS).

PT NA LUTA DA CONSTITUINTE

PMDB e PFL são maioria do Centrão

foto Duda Bentes/Ágil



foto Julio Bernardes/Ágil



foto Lula Margues/Ágil

Formado a partir de políticos de direita, do grupo que cerca o presidente Sarney, empresários e militares, o centrão é a manifestação parlamentar da rearticulação das forças mais conservadoras e reacionárias do País. O temor diante das propostas reconhecendo direitos dos trabalhadores é democratizando as relações entre Estado e Sociedade aglutinou o grupo, que tem por objetivo derrubar tais propostas sem contudo ter um projeto para o País. O discurso para a opinião pública é liberal mas o conteúdo das propostas apresentadas à Constituinte é muitas vezes pré-capitalista além de irresponsavelmente imediatista. Os principais coordenadores do centrão são conhecidos extremistas de direita: José Lourenço (líder do PFL, ex-PDS e ARENA-BA), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP, ex-ARENA), Amaral Netto (líder do PDS, ex-ARENA-RJ), Edison Lobão (PFL-MA, ex-ARENA), Gastone Righi (líder do PTB-SP), Daso Coimbra (PMDB, ex-ARENA-RJ).

O centrão conseguiu mudar as regras do jogo na Constituinte através de assinaturas e não de votos, tática que se mostrou eficaz para eles, pois a maioria de seus membros pouco comparece a Brasília para os trabalhos parlamentares (levantamento feito pela Assessoria da Liderança do PT sobre a frequência dos constituintes nas reuniões das sub-comissões e comissões demonstrou que o conjunto dos integrantes do centrão, faltou, em média, a 48% daquelas reuniões). Os articuladores do centrão também contam com aviões do Estado e de particulares para colher assinaturas, até em fazendas.

DE ONDE VEM O CENTRÃO?

O partido com maior número de parlamentares do centrão é o PMDB, com 126 (41,86%) dos 301 membros da bancada. Dos 133 constituintes do PFL, 107 pertencem ao centrão (80,45%). No PDS, 30 entre 37 (81,08%). O PTB tem 14 de seus 20 parlamentares (70%), enquanto dos 7 do PL, 5 (51,4%) são do centrão. Dos 6 do PDC, 5 aderiram (83,33%). E ainda dois deputados do PDT — expulsos do partido — representando 7,7% dos seus 26 constituintes. Outro dado interessante é que, dos 290 constituintes que votaram no centrão, 161 (55,51%) são egressos da antiga ARENA.

Por considerarmos que é nosso dever, estamos publicando aqui a relação dos parlamentares integrantes do centrão. Esta relação, que serviu de base para os cálculos percentuais que fizemos acima sobre a presença do centrão em diversos partidos, reúne os constituintes que votaram a favor da proposta de mudança do regimento interno apresentada pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Esse nos pareceu o referencial mais correto, uma vez que foi a votação mais importante para o centrão. Nem todos os membros e/ou simpatizantes do centrão estão nesta lista. Há outros que, por um motivo ou por outro, não votaram com o centrão naquela oportunidade, mas se identificam com o grupo. A conclusão, então, é de que nem todos os que não estão na lista se salvam. Mas, dos que estão, não se salva ninguém.

ACRE

Deputados:
Alcécio Dias (PFL)
Francisco Diógenes (PDS)
Narciso Mendes (PDS)
Geraldo Fleming (PMDB)
José Melo (PMDB)
Maria Lúcia (PMDB)
Rubem Branquinho (PMDB)

ALAGOAS

Senador:
Divaldo Suruagy (PFL)
Deputados:
Roberto Torres (PTB)
Albérico Cordeiro (PFL)
Antônio Ferreira (PFL)
Vinicius Cansação (PFL)

AMAPÁ

Deputados:
Aníbal Barcellos (PFL)
Eraldo Trindade (PFL)
Geovani Borges (PFL)

AMAZONAS

Senadores:
Aureo Mello (PMDB)
Carlos Alberto de Carli (PMDB)
Leopoldo Peres (PMDB)
Deputados:
Carrel Benevides (PMDB)
José Dutra (PMDB)
Eunice Michiles (PFL)
Ézio Ferreira (PFL)
Sadie Hauache (PFL)

BAHIA

Deputados:
Carlos Sant'anna (PMDB)
Jorge Vianna (PMDB)
Luiz Viana Neto (PMDB)
Milton Barbosa (PMDB)
Miraldo Gomes (PMDB)
Ángelo Magalhães (PFL)
Benito Gama (PFL)
Eraldo Tinoco (PFL)
Francisco Benjamim (PFL)
Jairo Azi (PFL)
Jairo Carneiro (PFL)
João Alves (PFL)
Jonival Lucas (PFL)
José Lourenço (PFL)
Leur Lomanto (PFL)
Luis Eduardo Magalhães (PFL)
Manoel Castro (PFL)
Sérgio Brito (PFL)
Waldeck Ornelas (PFL)

CEARÁ

Deputados:
Aécio de Borba (PDS)
Carlos Virgílio (PDS)
César Cais Neto (PDS)
Etevaldo Nogueira (PFL)
Furtado Leite (PFL)
José Lins (PFL)
Luiz Marques (PFL)
Bezerra de Melo (PMDB)
Expedito Machado (PMDB)
Gidel Dantas (PMDB)
Manuel Viana (PMDB)
Mauro Sampaio (PMDB)
Osmundo Rebouças (PMDB)
Ubiratan Aguiar (PMDB)

DISTRITO FEDERAL

Senador:
Meira Filho (PMDB)
Deputados:
Francisco Carneiro (PMDB)
Márcia Kubitschek (PMDB)
Jofran Frejat (PFL)
Valmíl Campeio (PFL)

ESPÍRITO SANTO

Senador:
Gerson Camata (PMDB)
Deputados:
Nyder Barbosa (PMDB)
Pedro Ceolin (PFL)
Stélio Dias (PFL)

GOIÁS

Senadores:
Irapuan Costa Júnior (PMDB)
Mauro Borges (PDC)
Deputados:
Paulo Roberto Cunha (PDC)
Roberto Balestra (PDC)
Siqueira Campos (PDC)
Antonio de Jesus (PMDB)
Dêlio Braz (PMDB)
João Natal (PMDB)
José Freire (PMDB)
Lúcia Vânia (PMDB)
Luiz Soyer (PMDB)
Mauro Miranda (PMDB)
Naphtali Alves de Souza (PMDB)
Nion Albernaz (PMDB)

MARANHÃO

Senadores:
Alexandre Costa (PFL)
Edison Lobão (PFL)
João Castelo (PDS)
Deputados:
Davi Alves Silva (PDS)
Vieira da Silva (PDS)
Albérico Filho (PMDB)
Joaquim Haickel (PMDB)
Onofre Corrêa (PMDB)
Wagner Lago (PMDB)
Costa Ferreira (PFL)
Eliézer Moreira (PFL)
Enoc Vieira (PFLS)
Francisco Coelho (PFL)
José Teixeira (PFL)
Sarney Filho (PFL)
Victor Trovão (PFL)

MATO GROSSO DO SUL

Senador:
Rachid Saldanha Derzi (PMDB)
Deputados:
José Elias (PTB)
Gandi Jamil (PFL)
Levy Dias (PFL)
Ivo Cersósimo (PMDB)
Ruben Figueiró (PMDB)

MATO GROSSO

Senadores:
Roberto Campos (PDS)
Lourenberg N. Rocha (PMDB)
Deputados:
Jonas Pinheiro (PFL)
Júlio Campos (PFL)
Joaquim Sucena (PMDB)
Oswaldo Sobrinho (PMDB)
Rodrigues Palma (PMDB)

MINAS GERAIS

Senador:
Alfredo Campos (PMDB)
Deputados:
José Elias Murad (PTB)
Bonifácio de Andrada (PDS)
Mello Reis (PDS)
Virgílio Galassi (PDS)
Alysson Paulinelli (PFL)
Christóvam Chiaradia (PFL)
Homero Santos (PFL)
José S. de Vasconcellos (PFL)
Lael Varella (PFL)
Maurício Campos (PFL)
Oscar Corrêa (PFL)
Ronaro Corrêa (PFL)
Alvaro Antônio (PMDB)
Dáton Canabrava (PMDB)
Genésio Bernardino (PMDB)
Gil César (PMDB)
Hélio Costa (PMDB)
José Geraldo Ribeiro (PMDB)
Leopoldo Bessone (PMDB)
Luiz Leal (PMDB)
Marcos Lima (PMDB)
Mário Bouchardet (PMDB)
Mário de Oliveira (PMDB)
Maurício Pádua (PMDB)
Melo Freire (PMDB)
Milton Reis (PMDB)
Roberto Vital (PMDB)
Ronaldo Carvalho (PMDB)
Rosa Prata (PMDB)
Sérgio Werneck (PMDB)
Sílvio Abreu (PMDB)

PARÁ

Senadores:
Jarbas Passarinho (PDS)
João Menezes (PFL)
Deputados:
Gerson Peres (PDS)
Aloysio Chaves (PFL)
Dionísio Hage (PFL)
Amílcar Moreira (PMDB)
Arnaldo Moraes (PMDB)
Asdrubal Bentes (PMDB)
Carlos Vinagre (PMDB)
Eliel Rodrigues (PMDB)
Fernando Velasco (PMDB)
Manoel Ribeiro (PMDB)
Paulo Roberto (PMDB)

PARAÍBA

Senadores:
Marcondes Gadelha (PFL)
Raimundo Lira (PMDB)
Deputados:
Adauto Pereira (PDS)
Agassiz Almeida (PMDB)
Edivaldo Motta (PMDB)
Edme Tavares (PFL)
Evaldo Gonçalves (PFL)
João da Mata (PFL)

PARANÁ

Deputados:
Ailton Cordeiro (PFL)
Antônio Ueno (PFL)
Dionísio Dal Prá (PFL)
Jacy Scanagatta (PFL)
Paulo Pimentel (PFL)
Alarico Abib (PMDB)
Basílio Villani (PMDB)
Ervin Bonkoski (PMDB)
José Carlos Martinez (PMDB)
Matheus Jensen (PMDB)
Mattos Leão (PMDB)
Maurício Nasser (PMDB)
Max Rosenmann (PMDB)
Oswaldo Trevisan (PMDB)
Renato Johnsson (PMDB)

PERNAMBUCO

Deputados:
Nilson Gibson (PMDB)
Gilson Machado (PFL)
Inocência Olliveira (PFL)
José Mendonça Bezerra (PFL)
Oswaldo Coelho (PFL)
Paulo Marques (PFL)
Ricardo Fiúza (PFL)
Salatiel Carvalho (PFL)

PIAUI

Senadores:
Alvaro Pacheco (PFL)
João Lobo (PFL)
Deputados:
Felipe Mendes (PDS)
José Luiz Maia (PDS)
Átila Lira (PFL)
Jesus Tajira (PFL)
Mussa Demes (PFL)
Paes Landim (PFL)

RIO GRANDE DO NORTE

Senadores:
Carlos Alberto (PTB)
José Agripino Maia (PFL)
Deputados:
Flávio Rocha (PL)
Iberê Ferreira (PFL)
Paulo Zarzur (PMDB)
Jessé Freire (PFL)
Antônio Câmara (PMDB)
Henrique Ediv. Alves (PMDB)
Ismael Wanderley (PMDB)
Vinícius Rosado (PMDB)

RIO GRANDE DO SUL

Senador:
Carlos Chiarelli (PFL)
Deputados:
João de Deus Antunes (PDT)
Arnaldo Prieto (PFL)
Erico Pegoraro (PFL)
Hilário Braun (PMDB)
Luis Roberto Ponte (PMDB)
Paulo Mincaroni (PMDB)
Adylson Motta (PDS)

Darcy Pozza (PDS)
Osvaldo Bender (PDS)
Teimo Kirst (PDS)
Victor Faccioni (PDS)

RIO DE JANEIRO

Deputados:
Feres Nader (PDT)
Amaral Netto (PDS)
Sotero Cunha (PDC)
Messias Soares (PTB)
Fábio Raunheiti (PTB)
Roberto Augusto (PTB)
Roberto Jefferson (PTB)
Alvaro Valle (PL)
José Luiz de Sá (PL)
Oswaldo Almeida (PL)
Aloysio Teixeira (PMDB)
Daso Coimbra (PMDB)
Flavio Palmier da Veiga (PMDB)
Gustavo de Faria (PMDB)
Jorge Leite (PMDB)
Arolde de Oliveira (PFL)
Francisco Dornelles (PFL)
Nelson Sabrá (PFL)
Osmar Leitão (PFL)
Rubem Medina (PFL)
Simão Sessim (PFL)

RONDÔNIA

Senadores:
Odacir Soares (PFL)
Olavo Pires (PMDB)
Ronaldo Aragão (PMDB)
Deputados:
Assis Canuto (PFL)
Raquel Cândido (PFL)
Rita Furtado (PFL)
Arnaldo Martins (PMDB)
Chagas Neto (PMDB)
Francisco Sales (PMDB)
José Viana (PMDB)

RORAIMA

Deputados:
Chagas Duarte (PFL)
Mozarildo Cavalcanti (PFL)
Marluce Pinto (PTB)
Ottomar Pinto (PTB)

SANTA CATARINA

Deputados:
Victor Fontana (PFL)
Alexandre Puzyna (PMDB)
Eduardo Moreira (PMDB)
Ivo Vanderlinde (PMDB)
Artenir Werner (PDS)
Henrique Córdova (PDS)
Rêberval Pilotto (PDS)

SÃO PAULO

Deputados:
Afif Domingos (PL)
Antonio C. Mendes Thame (PFL)
Fausto Rocha (PFL)
José Camargo (PFL)
Maluly Neto (PFL)
Antonio Salim Curiani (PDS)
Arnold Fioravante (PDS)
Cunha Bueno (PDS)
Delhim Netto (PDS)
Farabulini Junior (PTB)
Gastone Righi (PTB)
Jayme Paliarin (PTB)
Joaquim Bevilacqua (PTB)
José Egreja (PTB)
Sólton Borges dos Reis (PTB)
Ailton Sandoval (PMDB)
Caio Pompeu de Toledo (PMDB)
Cardoso Alves (PMDB)
Del Bosco Amaral (PMDB)
Francisco Amaral (PMDB)
João Rezek (PMDB)
Manoel Moreira (PMDB)
Paulo Zarzur (PMDB)
Jessé Freire (PFL)
Antônio Câmara (PMDB)
Henrique Ediv. Alves (PMDB)
Ismael Wanderley (PMDB)
Vinícius Rosado (PMDB)

SERGEIPE

Senadores:
Lourival Baptista (PFL)
Albano Franco (PMDB)
Francisco Rollemberg (PMDB)
Deputados:
Antônio Carlos Franco (PMDB)
Bosco França (PMDB)
Djernal Gonçalves (PMDB)
Cleonânio Fonseca (PFL)
João Machado Rollemberg (PFL)
Messias Góis (PFL)

Constituinte

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores no Congresso Constituinte.

Tiragem: 20.000 exemplares. Elaborado pela Assessoria de Comunicação da Liderança do PT. Texto e edição: Márcio Araújo e Luiz Cláudio Pinheiro. Diagramação: Licurgo Botelho. Ilustração: Oscar. Distribuição: Secretaria Nacional de Organização — PT. Impressão: CEGRAF. Endereço: Liderança do PT, Câmara dos Deputados, Pç. dos Três Poderes, CEP 70.160 — Brasília-DF

BANCADA DO PT NA CONSTITUINTE

LIDERANÇA DO PT						TEL.: (061) 213-5172 - (061) 213-5173 - (061) 224-1669					
DEPUTADOS	GABINETE	TELEFONE	DEPUTADOS	GABINETE	TELEFONE						
Benedita da Silva/RJ	360	(061) 213-5360	Luis Inácio Lula da Silva/SP	825	(061) 213-5825						
Eduardo Jorge/SP	382	(061) 213-5382	Olivio Dutra/RS	372	(061) 213-5372						
Florestan Fernandes	585	(061) 213-5585	Paulo Delgado/MG	373	(061) 213-5373						
Gumerindo Milhomem/SP	371	(061) 213-5371	Paulo Paim/RS	471	(061) 213-5471						
Irma Passoni/SP	237	(061) 213-5237	Plínio de Arruda Sampaio/SP	627	(061) 213-5627						
João Paulo Pires/MG	384	(061) 213-5384	Virgílio Guimarães/MG	376	(061) 213-5376						
José Genoíno/SP	375	(061) 213-5375	Vitor Buaiz/ES	275	(061) 213-5275						
Luis Gushiken/SP	374	(061) 213-5374	Vladimir Palmeira/RJ	379	(061) 213-5379						

Endereço: Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF — CEP 70.160
Para escrever aos deputados do PT, acrescente o nome e número do gabinete.

O líder do PFL, José Lourenço (abaixo) envia sua mensagem ao povo brasileiro, representado pelas galerias (alto). O peemedebista e líder do centrão, Roberto Cardoso Alves, o "Robertão" (meio) furioso com a presença popular na Constituinte

foto Duca Lessa

Duca Lessa

VIRGÍLIO GUIMARÃES

Economista ligado ao Dieese, o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) analisa a questão tributária e prevê o fim das ilusões com o Parlamento.



"O texto final deve ir a plebiscito"

Virgílio, você que representou o PT na Comissão da Constituinte que discutiu a questão tributária, como prevê o texto final da Constituição nesse aspecto?

Quando se fala em reforma tributária, pensa-se logo em descentralização de receitas da União para Estados e Municípios. Esse objetivo foi parcialmente atendido e deverá prevalecer. Entretanto, esse é apenas um aspecto e não é o mais importante. O mais importante é uma reforma que institua um mínimo de justiça fiscal; que diminua os impostos indiretos que incidem sobre a população de baixa renda e aumente o imposto direto e progressivo que incide sobre as altas rendas. O pouco que passou aqui tem um sentido mais retórico e para ser aplicado depende ainda de muitas mudanças na legislação ordinária.

Qual é o objetivo principal das propostas do PT sobre a questão tributária?

Nossas propostas concentraram-se no objetivo de distribuir rendas, com a elevação da carga tributária para as grandes fortunas, para os ganhos de capital e para a especulação imobiliária; por outro lado, reduzimos a carga tributária para os assalariados e isentamos os produtos de primeira necessidade de impostos como o ICM e o IPI. Entre as imunidades que os ricos têm hoje no Brasil está o privilégio de não pagar imposto. Quem paga imposto no Brasil é o assalariado. Você paga imposto sobre a casa, sobre o salário, mas quem tem ganhos de capital, como aplicações no "open", no "over", títulos e ações, não pagam. Ou porque são isentos, ou porque recebem incentivos ou simplesmente porque sonegam.

A Constituinte apresentou até agora alguma proposta de solução para o problema da dívida externa?

Não há solução de fôlego para a economia brasileira sem a solução definitiva para a dívida externa. O

déficit público, a dívida interna e todos os grandes problemas estão atrelados à dívida externa. Por isso, há uma década as políticas no Brasil são ditadas pela crise cambial. É como se fosse o rabo balançando o cachorro. O pouco que conseguimos aprovar até agora foi dar um prazo para o Senado apurar como foi contraída a dívida e declarar nulidade nos casos de irregularidades. É uma brecha, mas não resolve, pois os contratos certamente atendem a todas as formalidades legais, o problema não é esse. O que está em jogo é se devemos ou não submeter o povo à fome para pagar uma dívida ilícita, embora legal. A aprovação dessa brecha não fará o PT recuar na sua proposta de fazer uma auditoria pública da dívida, suspendendo integralmente o seu pagamento.

Que perspectivas você vê para o Brasil com a futura Constituição?

Evidentemente, desta Constituinte não se pode esperar mudanças profundas. Mesmo o projeto da Sistematização é conservador na essência. Conserva o sistema capitalista, a exploração do trabalhador, o papel das Forças Armadas na manutenção do domínio de classe. Mas dentro desse quadro é possível conquistas pontuais. Porém, mesmo estas estão ameaçadas. Por isso, no momento nossa luta deve ser pela manutenção delas, condicionando nossa atuação aqui à conscientização e politização das massas populares. O PT propõe submeter o texto final a um plebiscito. Caso sejam derrubadas as propostas positivas e não se faça o plebiscito, devemos rejeitar essa Constituição, não assinando-a. De qualquer maneira, da Constituinte fica um saldo. O movimento popular se conscientiza de que não basta pressionar, é preciso construir condições para tomar o poder. A experiência da Constituinte representa um esgotamento das ilusões com o processo eleitoral burguês e com o Parlamento,

BENEDITA DA SILVA

No Centenário da Abolição, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) avalia a situação dos negros no País, e mostra que a liberdade ainda está por construir.



"Cem anos de abolição, e a opressão continua"

Decorrido um século desde a abolição oficial da escravidão, pode-se afirmar hoje que os negros brasileiros estão livres?

Ao verificarmos a situação do negro hoje no Brasil é interessante rever três leis muito queridas pelo mito da democracia racial. Começamos pela Lei do Ventre Livre. Mais de cem anos depois de editada, temos 36 milhões de crianças em estado de miséria absoluta, sem poder estudar e se preparar profissionalmente. A gratuidade do ensino atinge uma pequena parte das escolas. Temos verdadeiras fábricas de deformação infantil.

A segunda lei é a Lei do Sexagenário. Sem aposentadoria integral, os idosos são forçados a uma desumana sobrecarga de trabalho, após tanta contribuição que já deram para construir o Brasil. Além de não termos instituições de vivência e sim o que chamamos de "esperando a morte chegar", grande parte dos nossos idosos permanece desassistida.

A terceira é a Lei Áurea. Diversos mecanismos fazem com que os negros libertos pela Lei Áurea não sejam tão livres assim. O governo republicano de 1889 a 1891, a pretexto de fazer uma faxina na história da Pátria, queimou os documentos sobre a escravidão negra no Brasil. Isto ajudou, desde o início, a ocultar a desigualdade racial. E, é lógico, escondeu vantagens e privilégios da população branca. Revendo a documentação existente sobre a raça negra, observamos a persistência desse ocultamento. Cem anos depois, o negro continua com os mesmos problemas: continua a grande maioria sem acesso à instrução, sem terra, e com seus valores culturais ora perseguidos ora aceitos pelo mito da democracia racial e, portanto, desfigurados. Mesmo com muita boa vontade, é evidente a discriminação. Há diferenças salariais e no acesso ao trabalho. Os negros formam hoje uma legião de despossuí-

dos, constituindo a maioria dos desempregados e dos analfabetos.

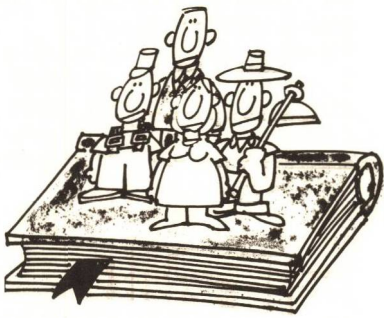
O que é possível fazer agora no sentido de superar esse quadro de discriminação e desigualdade?

Buscar a plena consciência dos nossos direitos, respeitar as diferenças, reformular o ensino começando por assumir a existência da discriminação para poder superá-la. Rever a história do Brasil, identificando as diferentes contribuições nesta pluralidade étnica; resgatar o trabalho do negro, da mulher, do índio. No campo cultural, reivindicamos que o Estado respeite e propicie às manifestações culturais negras as mesmas condições dispensadas à cultura branca, a recuperação para o patrimônio cultural daquilo que se refere à identidade e memória dos negros. É preciso recuperar as terras dos antigos quilombos, dentro de uma verdadeira reforma agrária. Nós, do PT, estamos lutando na Constituinte para criar mecanismos efetivos para coibir e neutralizar os crimes de discriminação racial, tornando-os inafiançáveis. Defendemos também que o governo brasileiro não mantenha relações com países cujo sistema é o racismo. Enfim, se não introduzirmos mecanismos isonômicos, as desigualdades tenderão a perpetuar-se.

Qual é o significado do Centenário a Abolição para o conjunto da classe trabalhadora?

Cem anos de abolição registram para a classe trabalhadora cem anos de opressão. Cem anos em que o capitalismo selvagem tem açoitado as iniciativas populares, patrocinando o bloco do desespero: é favela crescendo, é criança morrendo, é mulher sendo violentada; se mata na fábrica, na favela, no campo. É isto aí, e muito mais. Mas os quatrocentos anos de opressão representam quatrocentos anos de resistência dos negros.

Trabalhadores negros, brancos, índios, mulheres, à luta. No peito, na raça, no grito!



Direitos

dos Trabalhadores

1. **Estabilidade (Lula)**
Garante a estabilidade da relação de emprego, evoluindo-se em relação à simples garantia contra demissão imotivada prevista no Projeto da Comissão de Sistematização
2. **Jornada de Trabalho (Olivio Dutra)**
Fixa a duração máxima da jornada de trabalho em 40 horas semanais e oito horas diárias.
3. **Compensação de Horários e Redução da Jornada de Trabalho (Paulo Paim)**
Autoriza a compensação de horários e a redução da jornada de trabalho resultantes de acordo ou convenção coletiva.
4. **Salário Noturno (Vitor Buaiz)**
Estipula que o salário noturno será superior ao diurno em pelo menos 50%, independente de revezamento, sendo a hora noturna de 45 minutos.
5. **Acesso às Informações da Empresa (Luis Gushiken)**
Assegura o direito dos trabalhadores terem acesso, por intermédio das organizações sindicais, às informações administrativas e aos dados econômico-financeiros das empresas.
6. **Implantação de Novas Tecnologias (Olivio Dutra)**
Assegura a participação dos trabalhadores, por meio de representantes indicados para integrar comissões paritárias, nos processos decisórios relativos à implantação de novas tecnologias nos locais de trabalho.
7. **Indenização e FGTS (Paulo Paim)**
Prevê o recebimento de indenização proporcional por tempo de serviço e o levantamento do FGTS por parte do trabalhador independentemente do motivo da rescisão do contrato de trabalho.
8. **Entrada em Vigor dos Direitos Trabalhistas (Paulo Paim)**
Determina a retroatividade a 1º de janeiro de 1988 da vigência de todos os direitos e garantias assegurados aos trabalhadores pela nova Constituição.

As emendas do PT ao projeto da Sistematização

primeiro projeto integral de Constituição discutido e votado na Constituinte foi concluído em dezembro pela Comissão de Sistematização. É sobre esse projeto que o PT apresentou as

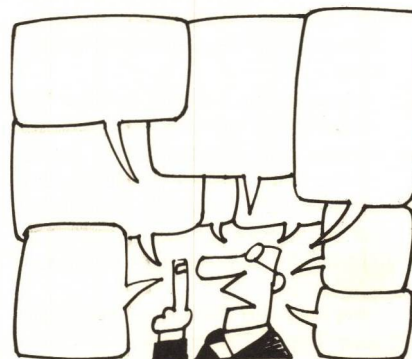
64 emendas aqui resumidas. O texto da Sistematização não propõe transformações profundas na sociedade brasileira, mas contém avanços importantes, conquistados em razão da pressão das forças populares e da atuação dos parlamentares com elas comprometidos. As emendas propostas pelos membros do centrão visam suprimir todos esses avanços. A bancada do PT, diante desse quadro, optou por uma Unha de ação na fase de discussão e votação em plenário que combina o empenho na manutenção dos pontos positivos do projeto da Sistematização com a apresentação de emendas modificando os pontos negativos sob a ótica dos interesses dos trabalhadores.

Portanto, não há, nesta fase, emendas sobre todos as questões importantes, como, por exemplo, a iniciativa popular na apresentação de projetos às Casas Legislativas, o direito de greve e a proibição da censura, já que essas questões receberam tratamento satisfatório no projeto. Porém os temas que o projeto trata de forma conservadora foram objeto das 64 emendas petistas, sendo quatro assinadas por cada constituinte da bancada, número máximo permitido no regimento alterado pelo centrão. Embora individuais, as emendas refletem um processo de discussão coletiva da bancada. A partir de 27 de janeiro as emendas do PT estarão em votação. Aqui estão elas:

9. **Direitos dos Trabalhadores Domésticos (Benedita da Silva)**
Assegura à categoria dos trabalhadores domésticos salário-mínimo; irredutibilidade de salário; 13º salário; jornada máxima de trabalho, diária e semanal, equivalente à do conjunto dos trabalhadores; repouso semanal remunerado; hora extra em dobro; férias; licença à gestante; aviso prévio e aposentadoria, bem como integração à previdência social.
10. **Organização Sindical (João Paulo)**
Assegura a liberdade de associação profissional ou sindical em todos os níveis, vedada qualquer interferência do Poder Público na organização dos trabalhadores.
11. **Sindicatos Por Ramo de Atividade (Olivio Dutra)**
Assegura o direito de organização de entidades sindicais representativas de categoria profissional e, também, por ramo de atividade.
12. **Competência dos Sindicatos (Olivio Dutra)**
Atribui às entidades sindicais a incumbência de defender os direitos e interesses das respectivas categorias, sejam eles indivi-

duais ou coletivos, inclusive como substituto processual.

13. **Estabilidade do Dirigente Sindical (Paulo Paim)**
Proíbe a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento de sua candidatura a cargo sindical até 2 anos após o final de seu mandato.
14. **Comissões Por Local de Trabalho (João Paulo)**
Assegura o direito dos trabalhadores se organizarem em comissões por local de trabalho.



Direitos

Individuais e Coletivos

15. **Direito de Propriedade (Lula)**

Determina a subordinação do direito de propriedade ao interesse social e assegura maior proteção à propriedade dos bens de uso pessoal ou familiar.

16. **Orientação Sexual (José Genoíno)**
Fixa a necessidade de superação do preconceito derivado da liberdade de orientação sexual.
17. **Aborto (José Genoíno)**
Assegura a liberdade de opção por se ter ou não filhos, prevendo o direito de interrupção da gravidez.
18. **Meio Ambiente (Vitor Buaiz)**
Determina a necessidade de autorização popular em consulta plebiscitária, para a implantação e funcionamento de indústrias de alta periculosidade, reatores nucleares ou projetos que alterem de maneira significativa o meio ambiente ou implique em risco de vida para a população.
20. **Voto Facultativo (Paulo Delgado)**
Determina que o sufrágio é universal e o voto sempre direto, secreto e facultativo.
21. **Organização Partidária (Paulo Delgado)**
Assegura a liberdade de organização partidária e a plena autonomia dos partidos políticos para definirem sua estrutura interna e normas de funcionamento.

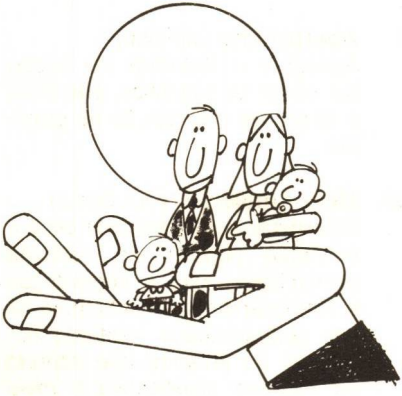


Previdência Social

22. **Tempo de Serviço Para Aposentadoria (Vitor Buaiz)**
Assegura o direito de aposentadoria após 30 anos de trabalho para homem e 25 anos para mulher.
23. **Cálculo do Valor da Aposentadoria (Eduardo Jorge)**
Determina forma de cálculo para o valor das aposentadorias que garante a preservação, em caráter permanente, de seu valor real.
24. **Reajuste do Valor das Pensões e Aposentadorias (Eduardo Jorge)**
Determina a revisão dos montantes das pensões e aposentadorias pagas atualmente pela previdência social a fim de que sejam restabelecidos os valores reais da época do início da concessão de tais benefícios.

25. **Aposentadoria de Servidores Temporários** (Gumerindo Milhomem)
Assegura o direito à aposentadoria por parte dos servidores admitidos, até a vigência da nova Constituição, para serviços de natureza temporária.

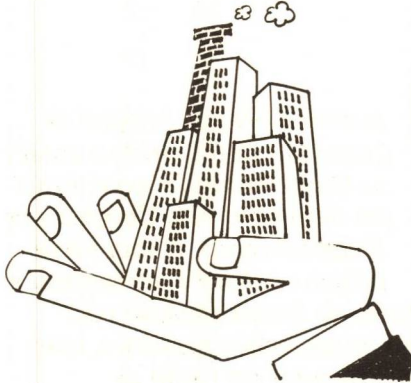
26. **Entrada em Vigor dos Benefícios da Seguridade Social** (Eduardo Jorge)
Estabelece o prazo máximo de um ano para a adoção das medidas destinadas a assegurar os direitos previstos na nova Constituição relativos à seguridade social.



Ordem Social

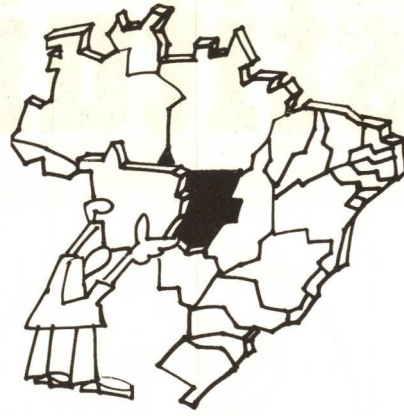
27. **Família** (Benedita da Silva)
Assegura a proteção do Estado à família, constituída pelo casamento ou união estável e baseada na igualdade entre o homem e a mulher.
28. **Dissolução do Casamento** (Benedita da Silva)
Prevê a possibilidade de dissolução do casamento a partir da livre opção de qualquer dos cônjuges, eliminando-se a necessidade de separação judicial prévia.
29. **Ensino Pré-Escolar** (Gumerindo Milhomem)
Garante a obrigatoriedade e a gratuidade ao atendimento pré-escolar e a obrigatoriedade para o Estado de atendimento à demanda por creches e escolas maternas.
30. **Igualdade de Oportunidades Educacionais** (Florestan Fernandes)
Fixa o princípio da garantia da igualdade de oportunidade educacionais às crianças e aos jovens carentes.
31. **Piso Salarial dos Professores** (Gumerindo Milhomem)
Determina a obrigatoriedade do respeito ao piso salarial profissional nacional na remuneração dos professores.
32. **Lazer Social** (Florestan Fernandes)
Estabelece enquanto dever do Estado a necessidade de difusão e incentivo de práticas de lazer social.
33. **Desenvolvimento Tecnológico** (Florestan Fernandes)
Determina prioridade para iniciativas no campo científico e tecnológico que derrubem as barreiras que impedem o desenvolvimento econômico, cultural e político da sociedade brasileira.
34. **Fomento ao Ensino e à Pesquisa** (Florestan Fernandes)
Permite que os Estados vinculem parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

35. **Saúde do Trabalhador** (Eduardo Jorge)
Assegura aos trabalhadores direitos e medidas destinadas a eliminar os riscos de acidentes e doenças profissionais e do trabalho, determinando que o processo produtivo seja organizado de modo a garantir a saúde e a vida da população.



Ordem Econômica

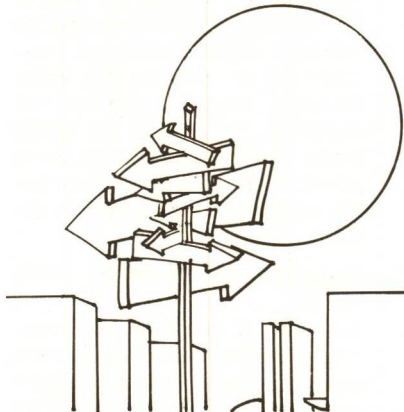
36. **Empresa Brasileira** (Vladimir Palmeira)
Efetua distinção entre empresas brasileiras de capital nacional e empresas brasileiras de capital estrangeiro, privilegiando as primeiras no tocante a incentivos e proteção especial.
37. **Políticas Habitacionais e Urbanísticas** (Irma Passoni)
Prevê a promoção e execução, por parte do Poder Público, de políticas habitacionais e urbanísticas voltadas para o atendimento das necessidades reais da população.
38. **Terras Públicas** (Plínio Sampaio)
Limita a 3.000 hectares a alienação ou concessão de terras públicas ou devolutas a uma só pessoa física ou jurídica de direito privado e exige autorização prévia do Congresso Nacional para toda alienação ou concessão superior a 500 hectares.
39. **Tarifas de Serviços Públicos** (Irma Passoni)
Prevê a elaboração de legislação que fixe políticas de remuneração dos serviços públicos de maneira a se privilegiar o interesse social.
40. **Sistema Financeiro** (Luis Gushiken)
Estatiza os Bancos e todas as demais instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
41. **Impostos sobre Gêneros de Primeira Necessidade** (Luis Gushiken)
Proíbe a incidência de impostos de qualquer natureza em relação aos gêneros de primeira necessidade.
42. **Imposto de Renda - Não Incidência** (Vladimir Palmeira)
Proíbe a caracterização como renda, para efeitos tributários, da remuneração, salário, proventos de aposentadoria e pensões até o limite de 15 salários mínimos mensais.
43. **Imposto de Renda - Incidência** (Virgílio Guimarães)
Determina que as percentagens a serem fixadas pelo Senado para os impostos sobre heranças e doações serão consideradas como limites mínimos a serem respeitados pelos Estados, que poderão fixar percentagens superiores.



Organização e

Defesa do Estado

45. **Relações Internacionais e Racismo** (Benedita da Silva)
Proíbe o Brasil de estabelecer relações diplomáticas e celebrar acordos internacionais com países que adotem políticas oficiais de discriminação racial.
46. **Fiscalização dos Órgãos Públicos** (Virgílio Guimarães)
Determina que a atuação de todo órgão público seja acompanhada por Conselho, não remunerado, composto por usuários e servidores.
47. **Propaganda do Poder Público** (Paulo Delgado)
Proíbe a propaganda de iniciativa do Poder Público que não dia respeito à divulgação de informações de caráter educativo relacionadas aos serviços públicos.
48. **Remuneração de Servidores Públicos** (Gumerindo Milhomem)
Permite a vinculação da remuneração de servidores públicos a determinado índice quando resultante de negociação coletiva de trabalho.
49. **Forças Armadas** (José Genóino)
Fixa para as Forças Armadas a responsabilidade pela defesa do país e pela garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da ordem constitucional.
50. **Serviço Militar** (Vladimir Palmeira)
Atribui caráter facultativo ao serviço militar, que poderá ser substituído por serviço alternativo de caráter civil.

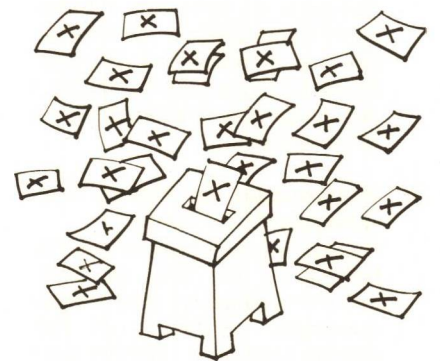


Organização dos Poderes

51. **Presidencialismo** (Lula)
Suprime a figura do Primeiro-Ministro e atribui ao Presidente da República a chefia do Poder Executivo, assegurando a prevalência do sistema presidencialista de governo em relação ao parlamentarismo previsto no Projeto da Comissão de Sistematização.
52. **Congresso Nacional** (Vitor Buaiz)
Atribui ao Congresso Nacional competência para o exercício de

funções legislativas, resolutórias e fiscalizadoras.

53. **Remuneração dos Parlamentares** (Luis Gushiken)
Fixa regras para a remuneração dos parlamentares destinados a assegurar subsídios justos, impedindo, todavia, os privilégios existentes atualmente.
54. **Empréstimos Externos e Internos** (Plínio Sampaio)
Transfere do Senado para o Congresso Nacional a competência para decidir sobre operações externas e internas de natureza financeira de interesse do Poder Público.
55. **Compra e Venda de Armas** (Paulo Delgado)
Exige a aprovação prévia do Congresso Nacional para a compra e venda de material bélico ao exterior.
56. **Ministros do Supremo Tribunal Federal** (Plínio Sampaio)
Fixa em doze anos o mandato de Ministro do Supremo Tribunal Federal, eliminando-se a vitaliciedade no cargo prevista atualmente.
57. **Justiça Militar** (Virgílio Guimarães)
Atribui à Justiça Militar competência para processar e julgar exclusivamente militares nos crimes militares definidos em lei, vedado o julgamento de civis.
58. **Justiça do Trabalho** (João Paulo)
Determina o cumprimento imediato, sem possibilidade de efeito suspensivo, das decisões normativas da justiça do Trabalho.
59. **Cartórios - Estatização** (Vladimir Palmeira)
Determina que os cartórios sejam públicos e os serviços notariais e registrais exercidos diretamente pelo Poder Público.
60. **Poder Judiciário e Ministérios Públicos** (Plínio Sampaio)
Atribui ao Poder Legislativo competência para fiscalizar a aplicação dos recursos destinados ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e o desempenho administrativo e financeiro de ambas as instituições.



Disposições Transitórias

62. **Eleições Gerais em 1988** (Lula)
Determina a realização, em 15 de novembro de 1988, de eleições gerais para renovação de todos os mandatos eletivos em âmbito nacional.
63. **Anistia** (João Paulo)
Amplia a anistia de modo a torná-la ampla, geral e irrestrita com relação a todos os punidos em decorrência de motivação exclusivamente política.
64. **Lei de Segurança Nacional** (Irma Passoni)
Revoga a Lei de Segurança Nacional.